

A ATUAÇÃO DE TUTORAS-FORMADORAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: APRENDIZAGENS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Letiane Peccin Ristow¹

Micheli dos Santos Waldow²

Daiane Lindner Radons³

Palavras-chave: Educação Integral; Formação de Professores; Política Pública.

INTRODUÇÃO

A educação integral está na centralidade das agendas educacionais do Brasil com a aprovação da Lei nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral (ETI). Trata-se de uma política pública que visa o desenvolvimento humano em suas dimensões física, cognitiva, social, emocional e cultural, indo além da ampliação da jornada escolar (Brasil, 2023).

A política recentemente regulamentada prevê a ampliação da jornada escolar como uma estratégia que possibilita experiências formativas mais amplas, diversificadas e significativas, especialmente no atendimento a populações historicamente marginalizadas. O Programa Escola em Tempo Integral visa expandir as matrículas em tempo integral na rede pública, oferecendo apoio técnico e financeiro aos estados e municípios para promover a educação integral.

O Programa Escola em Tempo Integral oportunizou a criação do Programa de Formação Continuada para Profissionais da Educação Básica na Perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, desenvolvido em parceria com instituições públicas de ensino superior. Na Região Sul do Brasil, essa formação é coordenada pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), responsável pela oferta de percursos formativos destinados a gestores, técnicos das

1 Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), letiane.peccin@uffs.edu.br.

2 Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), micheli.santos@uffs.edu.br.

3 Doutora em Administração, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), daiane.radons@uffs.edu.br.

secretarias municipais de educação e demais profissionais envolvidos na implementação da política e, neste cenário, é que se insere a experiência como tutoras.

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação de três tutoras-formadoras em projetos de formação continuada, destacando aprendizagens construídas, desafios enfrentados e contribuições para a implementação da política pública de educação integral. Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, fundamentado na atuação de formadoras junto a turmas de cursistas vinculados às secretarias municipais de educação do Rio Grande do Sul.

A relevância deste trabalho fundamenta-se na reflexão sobre os processos de formação continuada e na valorização das práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos de implementação de políticas públicas educacionais. Além disso, o relato de experiência amplia as discussões sobre a articulação entre universidade, extensão universitária e redes municipais de ensino, demonstrando como a atuação das formadoras contribuiu para fortalecer os processos de formação continuada e apoiar a implementação da Educação Integral em Tempo Integral.

DESENVOLVIMENTO

Recorre-se à perspectiva de educação integral de Jaqueline Moll, referência nesta área, que afirma que a formação integral envolve as dimensões científica, artística, cultural e do mundo do trabalho, promovendo o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, político e moral dos sujeitos. Essa concepção busca possibilitar a superação das desigualdades sociais que a cultura escolar historicamente manteve e, em alguns casos, reforçou. Assim, para a autora, a ampliação da jornada escolar e o reconhecimento das múltiplas dimensões educativas configuram-se como uma ação afirmativa em prol da equidade e da justiça social (Moll, 2012).

A atuação como tutoras-formadoras ocorreu nos Projetos de Extensão “Programa de Formação Continuada para Profissionais da Educação Básica na Perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral” e “Projeto Formação Continuada do Programa Escola em Tempo Integral – Região Sul”, nos anos de 2024 e 2025, respectivamente. A atuação como facilitadoras da aprendizagem contemplou o acompanhamento pedagógico dos cursistas, oferta de suporte contínuo, esclarecimento de dúvidas e criação de um ambiente favorável à aprendizagem, que contribuíram para o processo formativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram as aprendizagens da atuação como tutoras-formadoras, os desafios encontrados na implementação da política e as possíveis contribuições da tutoria para engajamento e permanência na formação dos cursistas.

Aprendizagens construídas na atuação como tutoras-formadoras

A atuação como tutoras-formadoras nos projetos de extensão constituiu-se como um processo formativo para as próprias formadoras na medida em que ampliaram os conhecimentos teórico-conceituais sobre educação integral, educação em tempo integral e implementação de políticas públicas educacionais. As mediações realizadas nos encontros síncronos, as interações nos ambientes virtuais e os diálogos com profissionais de diferentes redes de ensino possibilitaram o aprofundamento dos fundamentos da Educação Integral em Tempo Integral e a compreensão das múltiplas realidades dos municípios gaúchos envolvidos na implementação da política.

Além disso, a experiência favoreceu o desenvolvimento de competências relacionadas à formação continuada, à escuta sensível e à mediação pedagógica, reafirmando a importância do trabalho colaborativo e da construção coletiva do conhecimento. Assim, as trocas realizadas com os cursistas evidenciaram que a educação integral ultrapassa a ampliação da jornada escolar, configurando-se como um compromisso com a formação humana em sua integralidade e com a garantia do direito à educação com qualidade social.

Nesse sentido, a atuação como tutoras-formadoras revelou-se um espaço de aprendizagem, de reflexão e fortalecimento do compromisso ético e político com a implementação da política de Educação Integral em Tempo Integral.

Desafios identificados na implementação da política

As discussões desenvolvidas ao longo da formação e as atividades avaliativas realizadas pelos cursistas evidenciaram que os fundamentos da Educação Integral em Tempo Integral, embora reconhecidos pelos cursistas como importantes para a garantia do direito à educação e para a formação humana integral, convivem com desafios concretos para sua efetivação em seus municípios.

Entre as problematizações mais recorrentes, destacam-se as limitações de infraestrutura física e de recursos materiais, que dificultam a ampliação e a diversificação dos tempos, espaços e experiências educativas. Além disso, a insuficiência de recursos humanos para atender todos os turnos e intervalos e a necessidade de constituição de equipes qualificadas para atuar nas

diversas áreas foram apontadas como aspectos que impactam diretamente a organização e a continuidade das ações desenvolvidas pelas redes de ensino.

Outro aspecto recorrente nos relatos refere-se à adesão das famílias à proposta de Educação Integral em Tempo Integral. Os cursistas destacaram que a compreensão da comunidade sobre os objetivos da política ainda constitui um desafio, uma vez que, em muitos contextos, a ampliação da jornada é associada apenas à permanência prolongada dos estudantes na escola, sem o reconhecimento de seu potencial formativo. Tal cenário evidencia a necessidade de fortalecer os processos de diálogo e participação das famílias.

No âmbito pedagógico, a organização curricular emergiu como uma das principais preocupações dos profissionais, sobretudo diante da necessidade de superar práticas fragmentadas e construir propostas que articulem conhecimentos, experiências e diferentes dimensões da formação humana. Por fim, os cursistas apontaram as dificuldades de conciliar as demandas cotidianas das secretarias de educação e das escolas com as atividades da formação continuada. A efetivação da Educação Integral em Tempo Integral requer o alinhamento entre os fundamentos da política e sua implementação nas redes de ensino, aliado a condições institucionais, humanas e pedagógicas.

Contribuições da tutoria para a permanência e o engajamento

A atuação das tutoras-formadoras contribuiu para a permanência e o engajamento dos cursistas e, conseqüentemente, para o fortalecimento da implementação da política de Educação Integral em Tempo Integral nos municípios participantes de suas turmas de acompanhamento.

O acompanhamento individualizado oriundo da necessidade de adaptação das estratégias pedagógicas para atender às especificidades dos cursistas e a escuta ativa possibilitaram acolher demandas específicas e favorecer a participação dos profissionais ao longo do percurso formativo. Além disso, a mediação pedagógica desenvolvida pelas tutoras-formadoras estimulou a troca de experiências entre os cursistas e a construção coletiva de estratégias para enfrentar os desafios vivenciados nas diferentes realidades das redes de ensino.

Nesse processo, o papel da tutoria ultrapassou o acompanhamento das atividades do curso, configurando-se como uma ação articuladora de aprendizagens, de reflexão sobre a prática e de fortalecimento do compromisso com a efetivação da política de Educação Integral em Tempo Integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

As experiências vivenciadas na atuação como tutoras-formadoras evidenciam a formação continuada como estratégia fundamental para fortalecer a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, considerando a diversidade de contextos, demandas e condições presentes nos municípios. Destaca-se que os projetos de extensão em questão configuraram um espaço privilegiado para a reflexão crítica, a socialização de experiências e a construção coletiva de conhecimentos como preconiza as Diretrizes Nacionais para a Educação Integral (Brasil, 2025). Dessa forma, a implementação da política de Educação Integral em Tempo Integral requer processos permanentes de formação, diálogo e acompanhamento.

Destaca-se, ainda, a atuação das tutoras-formadoras, cuja mediação pedagógica pautada na escuta, no diálogo e no acompanhamento contínuo, contribuiu para a permanência e o engajamento dos cursistas, assim como para a construção de estratégias de enfrentamento dos desafios da implementação da política. Além de favorecer o desenvolvimento profissional dos participantes, a experiência fortaleceu a formação das próprias tutoras, ampliando seus conhecimentos e estimulando práticas colaborativas.

Os resultados possibilitam diferentes aplicações futuras. No âmbito das políticas públicas, podem subsidiar o aperfeiçoamento de programas de formação continuada voltados à implementação da Educação Integral em Tempo Integral e, em relação à formação de professores, são fornecidas contribuições para a elaboração de percursos formativos que valorizem práticas colaborativas e a troca de experiências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera as Leis nºs 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF, 2023. Diário Oficial da União, de 01/08/2023, pág. nº 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**. Estabelece normas para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2025.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline *et al.* **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129 146.